



A desconstrução dos preconceitos linguísticos

Eliana de Almeida Monteiro^a, Maria Isabel de Araújo^b, Francisco Máximo Gomes da Silva^c

ADSCRIPCIÓN

ARTICLE INFO

Recebido: XX Mes 2013

Aceito: XX Mes 2013

Palavras chave:

Diversidade linguística.
Preconceito linguístico.
Leitura.

E-mail:

eliana.monteiro1961@hotmail.com
miar@terra.com.br
prof_maximogomes@hotmail.com

ISSN 2007-9842

© 2015 Institute of Science Education.
All rights reserved

ABSTRACT

Existe no ensino da Língua Portuguesa na educação, o preconceito linguístico e, nas relações de comunicações entre as classes sociais. O presente trabalho objetivo discutir a diversidade linguística para erradicar o preconceito linguístico, bem como analisar se as práticas de leitura e a elaboração de textos escritos pelos alunos contemplam o português não padrão e, finalmente, problematiza-se se a leitura e a produção de textos em português não padrão podem contribuir para a erradicação do preconceito linguístico. Neste sentido, a presente pesquisa bibliográfica visa contribuir com a desconstrução do preconceito linguístico. Como resultados conclui-se que, a maioria dos professores, faz do ensino tradicional da gramática, a única possibilidade de que dispõe o aluno, para alcançar o domínio da norma padrão da língua portuguesa. Assim, o preconceito linguístico desvaloriza o povo e sua comunicação oral peculiar, em especial o amazonense que, com tamanha miscigenação é possuidor de diversos falares.

There is the teaching of the Portuguese language in education, prejudice and language, the communication links between the social classes. This paper discusses the linguistic diversity to eradicate prejudice language, as well as analyzing whether practices of reading and writing texts written by students include the Portuguese nonstandard and finally discusses whether the reading and production of texts in Portuguese standard cannot contribute to the eradication of prejudice language. In this sense, this literature aims to contribute to the deconstruction of language bias. As a result, it is concluded that the majority of teachers, makes the traditional teaching of grammar, the only choice available to the student to achieve mastery of the standard pattern of the Portuguese language. Thus, the linguistic bias devalues people and their oral communication peculiar, especially the Amazon that, with such miscegenation is possessed of many dialects.

I. INTRODUÇÃO

As práticas de ensino que analisam as produções de estudos na construção de textos na escola pública revelam que os alunos apresentam dificuldades no aprendizado da própria língua e na comunicação. Fatores esses que fortalecem ainda mais o discurso de que os alunos brasileiros leem, mas não entendem. E, são incapazes de se comunicarem com clareza, objetividade e eficácia. Esse problema atinge também os estudantes amazonenses, o que comprova ser uma crise na escola pública ao ensinar o educando a ler e escrever.

As reflexões ensinadas, sobre a função política da educação, a importância da língua escrita para a sociedade contemporânea e os resultados obtidos pelos alunos amazonenses no Sistema de Avaliação de Ensino aplicado a alunos das escolas públicas, foram determinantes para transformar aquela preocupação em um problema a ser investigado: se a leitura e a produção de textos, hoje, constituem-se no principal objetivo a ser alcançado no Ensino de Língua Portuguesa, então por que, ao final do Ensino Médio, os alunos leem, mas não compreendem e ainda são incapazes de elaborar um texto com unidade, coesão e coerência?

A discussão que nos propomos fazer neste trabalho está dívida em dois momentos. No primeiro trazemos as questões levantadas fazem parte do conjunto de preocupações que temos com o ensino-aprendizagem da leitura, escrita e ensino da Língua Portuguesa na escola pública. No segundo momento acreditamos que esta investigação nos permitirá identificar o dito, o escrito e o feito acerca das práticas de ensino da produção textual na escola.

Assim, considerando-se a realidade vivenciada na sala de aula e buscando compreender como aplicar o conteúdo da gramática falada de fato pelos alunos, comparando-a a normativa, surgiu à ideia do presente trabalho que contemplasse o estudo, por meio da pesquisa, comparações, etc., das variedades linguísticas da região norte.

II. DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho objetivou discutir a diversidade linguística como proposta para erradicar o preconceito linguístico nas escolas, e se a leitura e a produção de textos em português não padrão pode, na escola, contribuir para a erradicação do preconceito linguístico. Assim sendo, esse trabalho visa contribuir com a desconstrução do preconceito linguístico na escola, baseado nos livros *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?* (2009) e *A Língua de Eulália: novela sociológica* (1998), do professor Marcos Bagno. Nossa pesquisa é de cunho bibliográfico, cujo resultado aponta para a conclusão de que, a maioria dos professores, faz do ensino tradicional da gramática, a única possibilidade de que dispõe o aluno, para alcançar o domínio da norma padrão da língua portuguesa. Onde, o preconceito linguístico desvaloriza o povo brasileiro e sua comunicação oral peculiar, em especial o povo amazonense que, com tamanha mestiçagem é possuidor de diversos falares.

A linguagem nos permite conhecer um mundo de significados e desenvolver as mais diversas formas de expressão.

Uma delas é a língua, nas formas falada e escrita. Desde que somos inseridos no âmbito social e aprendemos a falar, deparamo-nos com várias formas de comunicação e, muitas vezes, acabamos por ouvir frases tais como: Não é assim que se fala o Português! Esses ignorantes não respeitam a gramática e ridicularizam nossa língua.

De acordo com Possenti (apud Geraldi, 2003), todas as línguas variam. A variedade linguística é o reflexo da variedade social e é condicionada por fatores internos da língua ou por fatores sociais, e como nas sociedades existe alguma diferença de “status” ou de papel, essas diferenças acabam refletindo na linguagem.

Deve-se ter em mente que a criança não chega à escola “sem saber nada”, sem saber falar português. Ela já detém vários conhecimentos e não pode ser vista como uma “folha de papel” em branco que deve ser preenchida. Ao contrário, todo o conhecimento já produzido por ela deve ser respeitado na hora de se elaborar as atividades a serem trabalhadas.

A escola tem o compromisso de oferecer atividades que favoreçam o ensino-aprendizagem de seus alunos, pautada no desenvolvimento de um posicionamento crítico. Afinal, como afirma Freire (1996) “não é possível estar no mundo, com o mundo de uma forma neutra”.

“O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”, diz o senso comum. Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão social, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade (Bagno, 2009, p. 69).

Partindo dessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa requer uma visão substancial do processo ensino/aprendizagem, a partir de práticas pedagógicas para que o aluno deixe de ser elemento passivo e passe a ser sujeito ativo, que tenha seus conhecimentos prévios e, portanto, crie e elabore a partir deles, bem como um tempo particular para aprender. Mudando a metodologia, muda-se o foco da relação ensino/aprendizagem: o objetivo final não é mais memorizar, mas dinamizar, impulsionar, favorecendo o crescimento intelectual do educando. Desloca-se a ênfase no conteúdo (memorização) para a ênfase no ato de pesquisar, de aprender.

Sem dúvida, a língua é o sistema de signos mais amplo e complexo que serve à comunicação. Ela é capaz de abrigar linguajares variados e, ainda assim, cumprir sua função primordial. E, por ser fundamentalmente instrumento de comunicação, caracteriza-se como fato social. Ela serve a processos de dominação, é matéria concreta para atos de cooperação, oposição, tensão, interação.

Não acreditamos que a educação, sozinha, transforme a sociedade. Mas, como considera Libâneo (2004, p. 9), a escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna. Por isso, a luta por uma escola democrática se reveste de sentido para os setores populares, para que se conquiste uma educação de qualidade social.

Afinal, é preciso ver na educação, uma ferramenta de mudanças, caso contrário, o homem jamais terá a oportunidade de reconstruir a história da humanidade, pois somente a educação transforma para a vida. Somente o professor transformador será um mediador do conhecimento, um organizador da ação pedagógica e criador de necessidades básicas para que o sujeito construa o “saber”, o “saber fazer”, o “saber ser” e o “saber conviver”, pilares essenciais à sobrevivência da humanidade.

III. CONCLUSÕES

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. (PCNS, 2002).

Cabe ao professor, então, a sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado para produzir textos de diversas modalidades, em diversos contextos, para diversos interlocutores, sobre diversos assuntos.

Além disso, o aluno deve ser capaz de se expressar por escrito pela pertinência ao assunto e ao objetivo de uma questão dissertação proposta por quaisquer disciplinas, pela fluência, coerência, coesão e clareza e pela adequação ao padrão culto da Língua Portuguesa e, portanto, esses pré-requisitos só podem ser adquiridos no estudo da língua, quer pela leitura, quer pela produção de textos. Afinal, o que transforma uma pessoa é a construção de uma prática de leitura e da língua escrita, orientada para um pensamento crítico e social que pretenda dotar o sujeito de um sentido mais profundo de seu lugar na sociedade, da sua autonomia linguística, discursiva, política, na construção de sua própria história.

Dessa forma, a leitura, a análise e a construção de textos escritos em português não padrão devem ser inicialmente, a matéria-prima do professor no trabalho com a língua. Eles devem ser o ponto de partida e o ponto de chegada. Ponto de partida porque é neles que os alunos devem descobrir os modos de construção; e o ponto de chegada porque se espera que, a partir da leitura, de análises e a elaboração de textos escritos em português não padrão, os alunos se tornem capazes de ler e escrever seus próprios textos em português padrão.

Portanto, a nossa pesquisa sobre as práticas de ensino no trabalho com a produção de textos na escola pública, como contribuição teórica nos ajudará a compreender a importância política da educação e a função social da língua escrita para os sujeitos pesquisados, elucidando quais os impactos educacionais, sociais, políticos para os alunos oriundos das camadas populares de nossa sociedade, em função das necessidades da vida social, estudantil e profissional.

REFERENCIAS

Bagno, M. (2002). *Pesquisa na Escola: o que é, como se faz*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola.

Bagno, M. (1997). *A língua de Eulália: novela sociolinguística*, São Paulo: Contexto.

Bagno, M. (2002). *Pesquisa na Escola: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola. 10ª Ed.

Bagno, M. (2009). *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?* São Paulo: Edições Loyola.

Freire, P. (1982). *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez.

Geraldi, J. W. (2003). *O texto na sala de aula*. 3 ed. São Paulo: Ática.

Libâneo, J. C. (2004). *Didática*. São Paulo: Cortez.

SEMTEC (Secretaria da Educação Média). (2002). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ensino Médio/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC-SEMTEC.